



## **Ministério da Defesa Nacional**

**Estado-Maior-General das Forças Armadas  
Comando Conjunto para as Operações Militares  
Unidade de Apoio ao Reduto Gomes Freire**



## **CADERNO DE ENCARGOS**

**NPD 2024006637**

**Procedimento: Concurso Público com Publicação de Anúncio no  
JOUE**

**AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES CONFECCIONADAS NO REDUTO GOMES  
FREIRE, DE NOVEMBRO DE 2024 A 31 DE OUTUBRO DE 2025**



**MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL**  
**ESTADO MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS**  
**COMANDO CONJUNTO PARA AS OPERAÇÕES MILITARES**  
**UNIDADE DE APOIO AO REDUTO GOMES FREIRE**

**Índice**

<b>PARTE I</b>	<b>3</b>
<b>CLAUSULAS JURÍDICAS</b>	<b>3</b>
Cláusula 1.ª Objeto	3
Cláusula 2.ª Contrato	3
Cláusula 3.ª Prazo	4
Cláusula 4.ª Local da execução do Contrato	5
Cláusula 5.ª Preço contratual	5
Cláusula 6.ª Condições de Pagamento	5
Cláusula 7.ª Obrigações da Entidade Adjudicante	6
Cláusula 8.ª Obrigações do Cocontratante	8
Cláusula 9.ª Trabalhadores do Cocontratante	10
Cláusula 10.ª Níveis de Serviço	11
Cláusula 11.ª Contratos de Seguro	12
Cláusula 12.ª Outros Encargos	13
Cláusula 13.ª Dever de Sigilo e Confidencialidade	13
Cláusula 14.ª Prazo do Dever de Sigilo	14
Cláusula 15.ª Caução	14
Cláusula 16.ª Sanções contratuais	14
Cláusula 17.ª Força Maior	16
Cláusula 18.ª Resolução pela Entidade Adjudicante	17
Cláusula 19.ª Resolução pelo Cocontratante	18
Cláusula 20.ª Cessão da Posição Contratual e Subcontratação	19
Cláusula 21.ª Comunicações e Notificações	19
Cláusula 22.ª Deveres de colaboração recíproca e informação	20
Cláusula 23.ª Contagem dos Prazos	20
Cláusula 24.ª Foro Competente	20
Cláusula 25.ª Legislação Aplicável	21
<b>PARTE II</b>	<b>22</b>
<b>ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS</b>	<b>22</b>
Cláusula 26.ª Âmbito e Natureza do Fornecedor dos Bens	22
Cláusula 27.ª Tipologia das Refeições	23
Cláusula 28.ª Requisitos na elaboração das Ementas	25
Cláusula 29.ª Requisitos de Confeção das Refeições	27
Cláusula 30.ª Instalações, Equipamento e Material	28
Cláusula 31.ª Higiene e Limpeza	30
Cláusula 32.ª Controle	31
Cláusula 33.ª Pessoal	32
Cláusula 34.ª Avaliação da Satisfação	34
<b>ANEXO A</b>	<b>35</b>
<b>ANEXO B</b>	<b>37</b>
<b>ANEXO C</b>	<b>38</b>
<b>ANEXO D</b>	<b>40</b>
<b>ANEXO E</b>	<b>41</b>
<b>ANEXO F</b>	<b>52</b>
<b>ANEXO G</b>	<b>54</b>
<b>ANEXO H</b>	<b>55</b>



S. R.  
**MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL**  
**ESTADO MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS**  
**COMANDO CONJUNTO PARA AS OPERAÇÕES MILITARES**  
**UNIDADE DE APOIO AO REDUTO GOMES FREIRE**

## **CADERNO DE ENCARGOS**

### **PARTE I**

### **CLAÚSULAS JURÍDICAS**

#### **Cláusula 1.ª**

##### **Objeto**

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar, na sequência do procedimento pré-contratual, que tem por objeto **“Aquisição de Refeições Confeccionadas no Reduto Gomes Freire (RGF), de novembro de 2024 a 31 de outubro de 2025”**, nas instalações próprias da Unidade de Apoio ao Reduto Gomes Freire – Comando Conjunto para as Operações Militares (UNAPRGF/CCOM), cujas especificações técnicas se encontram definidas na parte II do presente caderno de encargos, dele fazendo parte integrante.

#### **Cláusula 2.ª**

##### **Contrato**

1. A execução do contrato obedece:
  - a. Às cláusulas do contrato e ao estabelecido em todos os elementos e documentos que dele fazem parte integrante;
  - b. Ao Código dos Contratos Públicos (CCP);
  - c. À restante legislação e regulamentação aplicável.
2. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual, incluindo os ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo cocontratante nos termos do disposto no artigo 101.º do CCP.
3. Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 96.º do CCP, fazem parte integrante do contrato, independentemente da sua redução a escrito:



**S. R.**  
**MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL**  
**ESTADO MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS**  
**COMANDO CONJUNTO PARA AS OPERAÇÕES MILITARES**  
**UNIDADE DE APOIO AO REDUTO GOMES FREIRE**

- a. Os suprimientos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
  - c. O caderno de encargos integrado pelo programa do procedimento;
  - d. A proposta adjudicada;
  - e. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados, conforme n.º 5 do artigo 96.º do CCP.
5. Conforme n.º 6 do artigo 96.º do CCP, em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 3 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º do CCP.

**Cláusula 3.ª**

**Prazo**

1. O objeto do presente procedimento deverá ser executado, com início previsto em novembro de 2024 e termo a 31 de outubro de 2025, cessando automaticamente após aquele período.
2. O contrato mantém-se em vigor até ao fornecimento dos bens, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, e aceitação dos mesmos pelo contraente público, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
3. No caso de se verificarem atrasos injustificados, imputáveis ao cocontratante, este é obrigado, a expensas suas, a tomar todas as medidas de reforço de meios de ação e de reorganização necessárias à recuperação dos atrasos e ao cumprimento do prazo de execução.



**MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL**  
**ESTADO MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS**  
**COMANDO CONJUNTO PARA AS OPERAÇÕES MILITARES**  
**UNIDADE DE APOIO AO REDUTO GOMES FREIRE**

**Cláusula 4.ª**

**Local da execução do Contrato**

As instalações onde serão confeccionadas e distribuídas as refeições, objeto do contrato a celebrar por via do presente procedimento, estão localizadas na seguinte morada:

**Unidade de Apoio ao Reduto Gomes Freire**

**Estrada da Medrosa,**

**Reduto Gomes Freire**

**2780-070 Oeiras.**

**Cláusula 5.ª**

**Preço contratual**

1. Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o contraente público paga ao cocontratante o preço total constante da proposta adjudicada, não podendo exceder o montante de **310.046,00€** (trezentos e dez mil e quarenta e seis euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, à data da emissão de cada fatura.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente, quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças e todas as despesas inerentes ao desembaraço, fiscalizações, entre outros.

**Cláusula 6.ª**

**Condições de Pagamento**

1. As quantias devidas pelo contraente público, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas após a receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. O vencimento da obrigação referida no número anterior, refere-se ao cumprimento integral do objeto do contrato e dos níveis de qualidade exigidos no presente caderno de encargos e demais obrigações técnicas e legais atribuíveis ao cocontratante, tendo por base uma periodicidade mensal.



S. R.  
**MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL**  
**ESTADO MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS**  
**COMANDO CONJUNTO PARA AS OPERAÇÕES MILITARES**  
**UNIDADE DE APOIO AO REDUTO GOMES FREIRE**

3. Os pagamentos são efetuados no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, após a apresentação da respetiva fatura, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 299.º do CCP.
4. Nos termos do Decreto-Lei n.º 123/2018, de 28 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 14-A/2020, de 7 de abril, da Portaria n.º 289/2019 de 5 de setembro que regulamenta os aspetos complementares da fatura eletrónica e do Decreto-Lei n.º 42-A/2022 que define a obrigatoriedade de aderir à faturação eletrónica no âmbito da execução de contratos públicos, a partir do dia 31 de dezembro de 2022, até à implementação do processo de fatura, o cocontratante pode emitir faturas utilizando mecanismos de faturação diferentes dos previstos no n.º 1 do artigo 299.º-B do CCP.
5. Toda a faturação deve ser remetida para a seguinte morada:  
  
**Comando Conjunto para as Operações Militares**  
**Unidade de Apoio ao Reduto Gomes Freire**  
**Estrada da Medrosa, Reduto Gomes Freire**  
**2780-070 Oeiras.**
6. Deve fazer parte do descritivo das faturas, o Número do Processo de Despesa (NPD), o número do compromisso orçamental, e o número do contrato.
7. A omissão da informação descrita no número anterior incorre na devolução da fatura.
8. Em caso de discordância quanto aos valores indicados nas faturas, deve o contraente público comunicar ao cocontratante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o cocontratante obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida, no prazo de 10 (dez) dias.
9. O cocontratante não pode efetuar a transmissão de créditos ao abrigo de contratos de factoring ou proceder à cessão de créditos sem autorização expressa do contraente público

**Cláusula 7.ª**

**Obrigações da Entidade Adjudicante**

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para a entidade adjudicante, as seguintes obrigações:



S. R.

**MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL**  
**ESTADO MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS**  
**COMANDO CONJUNTO PARA AS OPERAÇÕES MILITARES**  
**UNIDADE DE APOIO AO REDUTO GOMES FREIRE**

- a. Designar um gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste;
- b. Requisitar o número de refeições confeccionadas a fornecer diariamente pelo cocontratante, através dos meios de comunicação que vierem a ser definidos pelas Partes, com a antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas;
- c. Aprovar o plano de ementas proposto pelo cocontratante, de acordo com a tipologia das refeições prevista na Cláusula 27.<sup>a</sup> do presente caderno de encargos, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas;
- d. Permitir o acesso dos trabalhadores e veículos do cocontratante nas instalações da entidade adjudicante;
- e. Suportar os encargos associados à manutenção de instalações e equipamentos, exceto nos casos de uso abusivo ou negligente pelos trabalhadores do cocontratante;
- f. Suportar os encargos associados ao fornecimento de energia elétrica, gás e água na armazenagem, preparação e fornecimento das refeições confeccionadas;
- g. Suportar os encargos associados ao fornecimento dos seguintes produtos:
  - i. Palitos de madeira;
  - ii. Guardanapos de papel;
  - iii. Toalhetes de papel para os tabuleiros;
  - iv. Saquetas para talheres;
  - v. Produtos de limpeza e desinfeção;
  - vi. Lavagem dos atoalhados.
- h. Disponibilizar as instalações e equipamentos já existentes, em bom estado de funcionamento, que permitam a confeção e fornecimento das refeições.



**S. R.**  
**MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL**  
**ESTADO MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS**  
**COMANDO CONJUNTO PARA AS OPERAÇÕES MILITARES**  
**UNIDADE DE APOIO AO REDUTO GOMES FREIRE**

**Cláusula 8.ª**

**Obrigações do Cocontratante**

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o cocontratante, em conformidade com a absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência, as seguintes obrigações:

- a. Durante a vigência do contrato, o cocontratante obriga-se a fornecer refeições confeccionadas, todos os dias úteis, fins de semana, feriados e sempre que necessário, sem qualquer alteração do preço, devendo a entidade adjudicante notificar o cocontratante para o efeito, com uma antecedência mínima de 3 (três) dias úteis;
- b. Prestar à entidade adjudicante, de forma correta e fidedigna, em qualquer tempo durante a execução do contrato, as informações e os esclarecimentos relativos ao mesmo;
- c. Elaborar e submeter à aprovação da entidade adjudicante o plano de ementas mensal até ao dia 10 do mês anterior àquele a que se aplicam, em suporte eletrónico de software e formato a definir pela UNAPRGF;
- d. Aplicar o plano de ementas aprovado;
- e. Assegurar que a confeção das refeições seja preferencialmente efetuada nas instalações da entidade adjudicante, caso não seja possível, deve ser confeccionada nas instalações próprias do cocontratante;
- f. Assegurar a correta utilização das instalações e equipamentos que lhe sejam cedidos no âmbito do contrato, respeitando as instruções de funcionamento, bem como, as regras de segurança aplicáveis;
- g. Garantir a distribuição das refeições confeccionadas aos utentes de acordo com o estabelecido no anexo A, ao presente caderno de encargos e conforme os procedimentos técnicos e as condições de qualidade a que são obrigados por lei;
- h. Deter instalações próprias para a confeção das refeições sempre que estas não possam ser confeccionadas nas instalações da entidade adjudicante;



S. R.

**MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL**  
**ESTADO MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS**  
**COMANDO CONJUNTO PARA AS OPERAÇÕES MILITARES**  
**UNIDADE DE APOIO AO REDUTO GOMES FREIRE**

- i. Assegurar, por sua conta, o transporte das refeições confeccionadas, devidamente acondicionadas, para as instalações da entidade adjudicante, caso a confeção tenha sido efetuada nas instalações próprias do cocontratante;
- j. Assegurar, por sua conta, a carga e descarga de géneros ou afins para as instalações da entidade adjudicante;
- k. Garantir o cumprimento das normas em vigor relativas ao *Hazard Analysis Critical Control Points* (HACCP), durante a preparação, confeção e distribuição das refeições, nas instalações da entidade adjudicante;
- l. Assegurar a higienização das instalações, equipamentos, baixelas e palamentas afetas à confeção e distribuição das refeições;
- m. Assegurar um rácio mínimo de 75% de emprego de produtos não alimentares amigos do ambiente;
- n. Constituir e manter uma reserva de géneros em conserva, liofilizado, seco ou congelado que garanta o fornecimento de refeições durante 2 dias úteis, até à antevéspera do fim do contrato e a consumir até ao seu final;
- o. Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para a prestação, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
- p. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à entidade adjudicante ou a terceiros, decorrentes de dolo na execução do contrato;
- q. Responsabilizar-se pelos atos praticados por todas as pessoas que no âmbito do contrato a celebrar, exerçam funções por sua conta, considerando-se para esse efeito, como órgãos ou agentes do cocontratante;
- r. Recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados à execução do contrato, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo;
- s. Não subcontratar no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato, sem prévia autorização da entidade adjudicante;



**MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL**  
**ESTADO MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS**  
**COMANDO CONJUNTO PARA AS OPERAÇÕES MILITARES**  
**UNIDADE DE APOIO AO REDUTO GOMES FREIRE**

- t. Manter o sigilo e garantir a confidencialidade, conforme previsto na cláusula 13.º do presente Caderno de Encargos;
- u. Manter durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento, bem como a situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social e relativamente a impostos devidos em Portugal;
- v. Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato;
- w. Comunicar antecipadamente à entidade adjudicante, de forma fundamentada, logo que deles tenha conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível a confeção e distribuição das refeições ou o cumprimento de qualquer obrigação, obrigando-se, se tal for aceite e oportuno, a restabelecer a prestação ou a reparar o incumprimento em prazo razoável;
- x. Coordenar com a entidade adjudicante, a definição e execução das normas de identificação do seu pessoal e os procedimentos adequados para o acesso e circulação nas instalações da entidade adjudicante.
- y. Suportar os encargos decorrentes da utilização, no âmbito do contrato a celebrar ao abrigo do presente procedimento contratual, de direitos de propriedade intelectual ou industrial.

**Cláusula 9.ª**

**Trabalhadores do Cocontratante**

- l. No momento da outorga do contrato, o cocontratante entrega à entidade adjudicante os seguintes documentos:
  - a. A lista com o nome, idade, morada, função e nacionalidade dos trabalhadores ao seu serviço;
  - b. As apólices de seguro obrigatório, válidas para cada trabalhador;
  - c. O mapa de horário de trabalho dos trabalhadores afetos às instalações da entidade adjudicante;
  - d. Os dados dos trabalhadores designados para substituir os trabalhadores elencados na alínea a., em caso de férias, faltas e licenças.



S. R.  
**MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL**  
**ESTADO MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS**  
**COMANDO CONJUNTO PARA AS OPERAÇÕES MILITARES**  
**UNIDADE DE APOIO AO REDUTO GOMES FREIRE**

- e. O cocontratante deve, antecipadamente, comunicar à entidade adjudicante qualquer alteração aos dados mencionados nas alíneas anteriores.
2. O cocontratante deve desenvolver ações com vista a minimizar a rotatividade dos seus trabalhadores, de modo a garantir a consistência e a qualidade dos trabalhos realizados.
3. O cocontratante deverá dispor de um quadro de trabalhadores em número suficiente para exercer de forma contínua, competente e pontual, o objeto do contrato, devendo estes, encontrarem-se abrangidos pelos regimes de proteção social, nas matérias relativas à segurança e higiene no trabalho, formação adequada e seguros de trabalho legalmente exigidos.
4. O cocontratante deve zelar para que todos os seus trabalhadores se apresentem devidamente uniformizados com dístico bem visível, que contenha o símbolo do cocontratante, o nome e a função do trabalhador.
5. O cocontratante obriga-se a respeitar os direitos e regalias laborais legalmente consagrados aos seus trabalhadores, independentemente do regime que lhes seja aplicável, sendo da exclusiva responsabilidade do cocontratante todas as infrações a essa legislação.
6. São da exclusiva responsabilidade do cocontratante as obrigações relativas aos seus trabalhadores, no que respeita aos encargos com a obrigação contributiva para a segurança social, os impostos sobre os rendimentos e o seguro obrigatório de acidentes de trabalho.
7. A entidade adjudicante pode, a qualquer altura, solicitar a substituição dos trabalhadores do cocontratante que entenda, por motivos justificados, não autorizar a permanência nas suas instalações.
8. Os trabalhadores do cocontratante, devem ter a formação adequada em utilização de máquinas e manuseamento de produtos inerentes ao serviço a prestar.

**Cláusula 10.ª**

**Níveis de Serviço**

1. O cocontratante obriga-se a prestar ao contraente público os bens, objeto do contrato, com as características, especificações e requisitos técnicos, previstos na **parte II** do presente caderno de encargos.



S.

R.

**MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL**  
**ESTADO MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS**  
**COMANDO CONJUNTO PARA AS OPERAÇÕES MILITARES**  
**UNIDADE DE APOIO AO REDUTO GOMES FREIRE**

2. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à prestação de serviços e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos serviços, conforme o disposto no n.º 3 do artigo 441.º, por remissão do artigo 451.º, ambos do CCP.
3. O cocontratante deverá facultar à entidade adjudicante, todos os meios necessários à verificação da qualidade dos bens fornecidos, de forma a cumprir o estipulado nos elementos integrados no presente caderno de encargos.
4. A responsabilidade da verificação da qualidade dos bens fornecidos cabe à Unidade de Apoio ao Reduto Gomes Freire (UNAPRGF), sendo feita a comunicação do não cumprimento, por via eletrónica, telefónica ou postal, com referência à aplicação de sanções e demais penalidades, quando justificado.
5. Sempre que a comunicação prevista no número anterior seja feita por via telefónica, a mesma é confirmada através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, no dia útil imediato, sem prejuízo de a mesma se considerar feita na data da primeira comunicação.

**Cláusula 11.ª**

**Contratos de Seguro**

1. O cocontratante obriga-se a celebrar os seguintes contratos de seguro, de acordo com a legislação em vigor, nomeadamente:
  - a. Contrato de seguro de acidentes de trabalho, cuja apólice deve abranger todo o pessoal por si contratado;
  - b. Contrato de seguro de responsabilidade civil, que cubra os danos corporais ou materiais resultantes de atos ou factos causados a terceiros ou à entidade adjudicante ou seus representantes, trabalhadores ou mandatários, quando derivem, nomeadamente:
    - i. Da negligência do cocontratante, seus trabalhadores ou mandatários;
    - ii. De incêndio ou explosão.
2. A apólice indicada na alínea b. do número anterior deverá ser celebrada por um montante mínimo não inferior a 250.000,00€ (duzentos e cinquenta mil euros) e que cobrirá qualquer ocorrência ou conjunto de ocorrências que surjam de um evento da sua responsabilidade.



**MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL**  
**ESTADO MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS**  
**COMANDO CONJUNTO PARA AS OPERAÇÕES MILITARES**  
**UNIDADE DE APOIO AO REDUTO GOMES FREIRE**

3. O cocontratante fica obrigado a apresentar, quando solicitado pela entidade adjudicante, prova de que os seguros previstos nos números anteriores foram contratados e estão vigentes por todo o período da execução do objeto do contrato.

**Cláusula 12.ª**

**Outros Encargos**

1. Todos os encargos relativos à execução do objeto do contrato correm por conta do cocontratante.
2. Constituem, ainda, encargos do cocontratante, a celebração dos contratos de seguros indicados no presente caderno de encargos, a constituição de cauções se exigidas no programa do procedimento e as despesas inerentes à celebração do contrato.

**Cláusula 13.ª**

**Dever de Sigilo e Confidencialidade**

1. O cocontratante, incluindo todos os seus agentes, trabalhadores, colaboradores ou terceiros que com ele tenham qualquer relação, deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, independentemente da sua natureza, relativa ao contraente público, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação abrangidas por este dever não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado, direta e exclusivamente, à execução do contrato.
3. Excluem-se da aplicação desta cláusula, a informação e a documentação que fossem, comprovadamente, do domínio público à data da respetiva obtenção pelo cocontratante ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a solicitação de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O cocontratante responde perante o contraente público pela violação do dever de sigilo e pela quebra de confidencialidade relativo às informações e aos documentos referidos no n.º 1.



**MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL**  
**ESTADO MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS**  
**COMANDO CONJUNTO PARA AS OPERAÇÕES MILITARES**  
**UNIDADE DE APOIO AO REDUTO GOMES FREIRE**

**Cláusula 14.ª**

**Prazo do Dever de Sigilo**

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (cinco) anos, a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

**Cláusula 15.ª**

**Caução**

Não é exigida a prestação de caução ao abrigo do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

**Cláusula 16.ª**

**Sanções contratuais**

I. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o contraente público pode exigir do cocontratante o pagamento de uma sanção pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

- a. Em caso de incumprimento de qualquer dos requisitos previstos na **Cláusula 8.ª e 9.ª** do presente caderno de encargos, será aplicada uma sanção pecuniária de 100,00€ (cem euros) por cada infração, sendo que relativamente à **Cláusula 9.ª** esta sanção será aplicada por cada pessoa em falta e por cada dia de incumprimento;
- b. Em caso de incumprimento de qualquer dos requisitos previstos na **Cláusula 28.ª** do presente caderno de encargos, será aplicada uma sanção pecuniária de 200,00€ (duzentos euros);
- c. Em caso de incumprimento de qualquer dos requisitos previstos na **Cláusula 29.ª** do presente caderno de encargos, será aplicada uma sanção pecuniária correspondente a 10% sobre o valor da faturação do dia e em montante não inferior a 250,00€ (duzentos e cinquenta euros);
- d. Em caso de incumprimento do n.º 4 da **Cláusula 30.ª** do presente caderno de encargos, verificado danos ou perdas, por dolo ou negligencia, do material, equipamento e



**MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL**  
**ESTADO MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS**  
**COMANDO CONJUNTO PARA AS OPERAÇÕES MILITARES**  
**UNIDADE DE APOIO AO REDUTO GOMES FREIRE**

instalações cedidas, será aplicada uma sanção pecuniária, pelo montante correspondente à sua reparação (equipamento e instalações) ou reposição (material).

- e. Em caso de incumprimento de qualquer dos requisitos previstos nas alíneas **a. e b. do n.º 1 da Cláusula 31.ª** do presente caderno de encargos, ou pela verificação de resultados de análises que sejam considerados não conformes ou inaceitáveis, será aplicada uma sanção pecuniária de 1.000,00€ (mil euros);
  - f. Em caso de incumprimento de qualquer dos requisitos previstos nas alíneas **c. a e. do n.º 1 da Cláusula 31.ª** do presente caderno de encargos, será aplicada uma sanção pecuniária de 250,00€ (duzentos e cinquenta euros).
  - g. Em caso de incumprimento de qualquer dos requisitos previstos nos pontos **7., 8. e 9. da Cláusula 33.ª** do presente caderno de encargos, será aplicada uma sanção pecuniária de 30,00€ (trinta euros) por cada trabalhador em falta.
  - h. Em caso de incumprimento de qualquer dos requisitos previstos na **Cláusula 33.ª** do presente caderno de encargos, será aplicada uma sanção pecuniária de 250,00€ (duzentos e cinquenta euros).
2. O valor acumulado das sanções aplicadas não pode exceder 20% do preço contratual, sem prejuízo do poder de resolução do contrato. Nos casos em que seja atingido este limite e o contraente público decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, o mesmo é elevado para 30%, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 329.º do CCP.
3. O contraente público pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as sanções pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula, com desconto em faturas ainda não liquidadas.
4. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que contraente público exija uma indemnização nos termos da lei.



**MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL**  
**ESTADO MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS**  
**COMANDO CONJUNTO PARA AS OPERAÇÕES MILITARES**  
**UNIDADE DE APOIO AO REDUTO GOMES FREIRE**

**Cláusula 17.ª**

**Força Maior**

1. Não podem ser impostas sanções ao cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais, a cargo de qualquer das partes, que resulte de caso de força maior, entendendo-se, como tal, as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, as seguintes situações: tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas, entre outras.
3. Não constituem força maior:
  - a. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do cocontratante, na parte em que intervenham;
  - b. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do cocontratante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - c. Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento, pelo cocontratante, de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
  - d. Manifestações populares devidas ao incumprimento, pelo cocontratante, de normas legais;
  - e. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do cocontratante, cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do cocontratante não devidas a sabotagem;
  - g. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.



S. R.

**MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL**  
**ESTADO MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS**  
**COMANDO CONJUNTO PARA AS OPERAÇÕES MILITARES**  
**UNIDADE DE APOIO AO REDUTO GOMES FREIRE**

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas, pelo período de tempo, comprovadamente, correspondente ao impedimento resultante da força maior.

**Cláusula 18.ª**

**Resolução pela Entidade Adjudicante**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei e do direito de indemnização nos termos gerais, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o cocontratante violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

- a. Quando os bens não corresponderem às especificações técnicas estabelecidas na parte II do presente caderno de encargos;
- b. Quando houver recusa expressa no pagamento das sanções contratuais;
- c. Incumprimento ou cumprimento defeituoso do contrato;
- d. Incumprimento das obrigações relativas aos pagamentos das contribuições à administração fiscal ou à segurança social, nos termos das disposições legais aplicáveis;
- e. Prestação de falsas declarações na fase pré-contratual de cujo conhecimento pela entidade adjudicante advenha apenas no decorrer do contrato ou na fase de execução do contrato.

2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao cocontratante e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo contraente público, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 448.º, por remissão do artigo 451.º, ambos do CCP.

3. Nos casos de resolução sancionatória, havendo lugar a responsabilidade do cocontratante, será o montante respetivo deduzido das quantias devidas, sem prejuízo de a entidade adjudicante poder executar as garantias prestadas pelo cocontratante, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 333.º do CCP.



**S. R.**  
**MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL**  
**ESTADO MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS**  
**COMANDO CONJUNTO PARA AS OPERAÇÕES MILITARES**  
**UNIDADE DE APOIO AO REDUTO GOMES FREIRE**

4. A resolução do contrato não invalida o direito a qualquer ação que venha a ser interposta, por parte da entidade adjudicante, com vista à justa indemnização por perdas e danos, eventualmente, sofridos com o incumprimento do contrato.
5. A entidade adjudicante pode ainda resolver o contrato, por razões de interesse público devidamente fundamentadas, e mediante o pagamento ao cocontratante de justa indemnização, nos termos do disposto no artigo 334.º do CCP.
6. A resolução pela entidade adjudicante é comunicada ao cocontratante por carta registada com aviso de receção, na qual consta a indicação da situação de incumprimento e respetiva fundamentação.

**Cláusula 19.ª**

**Resolução pelo Cocontratante**

1. Sem prejuízo de outras situações de grave violação das obrigações assumidas pelo contraente público especialmente previstas no contrato e independentemente do direito de indemnização, o cocontratante tem o direito de resolver o contrato nas seguintes situações, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 332.º do CCP:
  - a. Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias;
  - b. Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao contraente público;
  - c. Incumprimento de obrigações pecuniárias, pelo contraente público, por período superior a 6 (seis) meses ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros;
  - d. Exercício ilícito dos poderes tipificados especificados no CCP, no capítulo sobre conformação da relação contratual pelo contraente público, quando tornem contrária à boa-fé a exigência pela parte pública da manutenção do contrato;
  - e. Incumprimento pelo contraente público de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato.
2. No caso previsto na alínea a. do n.º 1, apenas há direito de resolução quando esta não implique grave prejuízo para a realização do interesse público subjacente à relação jurídica



**MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL**  
**ESTADO MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS**  
**COMANDO CONJUNTO PARA AS OPERAÇÕES MILITARES**  
**UNIDADE DE APOIO AO REDUTO GOMES FREIRE**

contratual ou, caso implique tal prejuízo, quando a manutenção do contrato ponha manifestamente em causa a viabilidade económico-financeira do cocontratante ou se revele excessivamente onerosa, devendo, nesse último caso, ser devidamente ponderados os interesses públicos e privados em presença, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 332.º do CCP.

3. O direito de resolução é exercido por via judicial ou mediante recurso a arbitragem, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 332.º do CCP.

4. Nos casos previstos na alínea c. do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração ao contraente público, produzindo efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se o contraente público cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar, nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 332.º do CCP.

5. Nos termos do disposto no artigo 449.º, por remissão do artigo 451.º, ambos do CCP, a resolução do contrato, nos termos dos números anteriores, não determina a repetição das prestações já realizadas pelo cocontratante, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

**Cláusula 20.ª**

**Cessão da Posição Contratual e Subcontratação**

A cessão da posição contratual e a subcontratação no decurso da execução do contrato carecem de autorização da entidade adjudicante, nos termos do n.º 1 do artigo 319.º do CCP.

**Cláusula 21.ª**

**Comunicações e Notificações**

1. Nos termos do disposto no artigo 467.º do CCP, as notificações devem ser efetuadas através de correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.

2. Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 468.º do CCP, na falta de estipulação contratual, as comunicações entre o contraente público e o cocontratante relativas à fase de execução do contrato devem ser escritas e redigidas em português, podendo ser efetuadas por correio eletrónico ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, ou por via postal, por meio de carta registada ou de carta registada com aviso de receção.



**MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL**  
**ESTADO MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS**  
**COMANDO CONJUNTO PARA AS OPERAÇÕES MILITARES**  
**UNIDADE DE APOIO AO REDUTO GOMES FREIRE**

3. Para efeitos das comunicações previstas na presente cláusula, o cocontratante deve disponibilizar, juntamente com os documentos de habilitação, os dados de contacto, designadamente, o endereço eletrónico, o número de telecópia, o número de telefone e o endereço postal.
4. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

**Cláusula 22.ª**

**Deveres de colaboração recíproca e informação**

1. Cada uma das partes está vinculada ao dever de informar de imediato a outra, sobre quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e que possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com as regras gerais da boa-fé, sem prejuízo dos deveres de colaboração recíproca e informação, previstos nos artigos 289.º e 290.º, ambos do CCP.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar, de imediato, a outra, de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que, previsivelmente impeçam o cumprimento de qualquer uma das suas obrigações.
3. Comunicar antecipadamente à entidade adjudicante, ou logo que deles tenha conhecimento, de forma fundamentada, os factos que tornem total ou parcialmente impossível a confeção e distribuição das refeições ou o cumprimento de qualquer obrigação, obrigando-se, se tal for aceite e oportuno, a restabelecer a prestação ou a reparar o incumprimento em prazo razoável.

**Cláusula 23.ª**

**Contagem dos Prazos**

À contagem de prazos, durante a execução do contrato, são aplicáveis as normas contidas no artigo 471.º do CCP, sendo estes contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados.

**Cláusula 24.ª**

**Foro Competente**

Para a resolução de todos os litígios decorrentes do contrato, designadamente à sua interpretação, execução, incumprimento, invalidade ou resolução do contrato, fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.



S. R.  
**MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL**  
**ESTADO MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS**  
**COMANDO CONJUNTO PARA AS OPERAÇÕES MILITARES**  
**UNIDADE DE APOIO AO REDUTO GOMES FREIRE**

**Cláusula 25.ª**

**Legislação Aplicável**

Em todos os aspetos não regulados no presente contrato ou que suscitem dúvidas, são aplicáveis as normas do CCP e demais legislação aplicável.

Aprovo,

O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas

General

28 Ago 24



S. R.  
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL  
ESTADO MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS  
COMANDO CONJUNTO PARA AS OPERAÇÕES MILITARES  
UNIDADE DE APOIO AO REDUTO GOMES FREIRE

## CADERNO DE ENCARGOS

### PARTE II ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

#### Clausula 26.ª

##### Âmbito e Natureza do Fornecimento dos Bens

1. Os bens a prestar, no âmbito do presente procedimento, incluem o fornecimento, a crédito, das refeições confeccionadas aos militares da UNAPRGF, CCOM e CISMIL e, mediante pagamento em numerário, ao pessoal militar e civil das restantes unidades internacionais sediadas no Reduto Gomes Freire, bem como a todos os utentes com acesso autorizado às instalações da entidade adjudicante, de acordo com a seguinte estimativa de consumo, apenas referente ao pessoal militar das Unidades acima referidas (UNAPRGF, CCOM e CISMIL).

Refeições	Estimativa de refeições a fornecer				
	Dias úteis (251)	Fins de semana e feriados (118)	Total de Refeições dias úteis	Total de Refeições fins de semana e feriados	Estimativa total de refeições a fornecer
1ª Refeição (Pequeno-almoço)	22	16	5566	1808	7374
2ª Refeição (Almoço)	198	20	50094	2260	52354
3ª Refeição (Jantar)	22	20	5566	2260	7826
Suplemento Noturno	22	18	5566	2034	7600

2. No âmbito do fornecimento das refeições confeccionadas, o cocontratante deve cumprir o seguinte:

- a. A confeção das refeições deve ser efetuada preferencialmente nas instalações da entidade adjudicante, caso não seja possível, deve ser confeccionada nas instalações próprias do cocontratante;
- b. Realizar a distribuição da refeição confeccionada, nas instalações da entidade adjudicante, de acordo com o disposto no **Anexo A**, ao presente caderno de encargos;
- c. Executar os serviços de copa;



S. R.  
**MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL**  
**ESTADO MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS**  
**COMANDO CONJUNTO PARA AS OPERAÇÕES MILITARES**  
**UNIDADE DE APOIO AO REDUTO GOMES FREIRE**

- d. Efetuar a limpeza e higienização das instalações destinadas à preparação, confecção e distribuição das refeições e a remoção de resíduos para contentor;
  - e. Assegurar que o fornecimento das refeições a crédito cumpre os termos contratuais, independentemente do fornecimento relativo às devidas por venda a pronto pagamento.
3. Para além das refeições estimadas no número 1, que têm valores máximos estabelecidos no **Anexo G**, o cocontratante deverá fornecer refeições confeccionadas aos restantes utentes autorizados a aceder ao refeitório, sempre que solicitado, mediante pagamento direto destes ao cocontratante a preços previamente estabelecidos com a entidade adjudicante.
4. Devem ainda ser assegurados os serviços de “*Coffee Break*” e “Porto de Honra”, conforme composição estipulada no **Anexo F** ao presente caderno de encargos, quando tal for solicitado pela entidade adjudicante.
5. Devem ainda ser assegurados diariamente, por conta do cocontratante o fornecimento de doses individuais de pão, azeite, vinagre, sal, pimenta/ piripiri, ketchup, maionese e mostarda, em situações que se justifiquem, sempre que solicitado pela entidade adjudicante.

**Clausula 27.ª**

**Tipologia das Refeições**

1. Os tipos de refeições constantes no Plano de Ementas da UNAPRGF são os seguintes:
- a. **1.ª Refeição** - vulgarmente designada por pequeno-almoço, composto por, 2 pães de 50 gr e/ou equivalente fatiado, queijo, fiambre, manteiga, doce, iogurte, cereais, leite, café entre outros artigos, conforme discriminado no **Anexo B** ao presente caderno de encargos;
  - b. **2.ª e 3.ª Refeição “Normal”** – refeições destinadas ao almoço e jantar, respetivamente, com cerca de 700-800kcal. São compostas por sopa, prato principal, pão de mistura 75gr (ou 2 pães de 50gr), sobremesa (doce ou fruta), bebida (água, sumo ou vinho) e dose individual de salada;
  - c. **2.ª e 3.ª Refeição “Dieta”** – refeições destinadas ao almoço e jantar, respetivamente, com cerca de 700-800kcal, com teor de sal e hidratos de carbono reduzidos. São compostas por sopa, prato principal, constituído por carne ou peixe cozido, grelhado ou assado, sem



S.

R.

**MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL**  
**ESTADO MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS**  
**COMANDO CONJUNTO PARA AS OPERAÇÕES MILITARES**  
**UNIDADE DE APOIO AO REDUTO GOMES FREIRE**

recurso a refogados (ou estrugidos), pão de mistura 75gr (ou 2 pães de 50gr), sobremesa (doce ou fruta), bebida (água, sumo ou vinho) e dose individual de salada;

d. **2.ª e 3.ª Refeição “Vegetariana”** – refeições destinadas ao almoço e jantar, respetivamente, com cerca de 700-800kcal. São compostas por sopa, prato principal, pão de mistura 75gr (ou 2 pães de 50gr), sobremesa (doce ou fruta), bebida (água, sumo ou vinho) e dose individual de salada;

e. **Ementa Festiva** – refeições a serem fornecidas em ocasiões especiais. São compostas por sopa, prato principal e vegetariano, pão de mistura 75gr (ou 2 pães de 50gr), fruta e doce, bebida (água, sumo ou vinho) e Vinho do Porto, considerando as opções discriminadas no **Anexo C** ao presente caderno de encargos;

f. **Refeição de Emergência** - refeições destinadas a suprir necessidades de alimentação supervenientes derivadas da presença de uma alteração inopinada do efetivo ou a assegurar o fornecimento da alimentação em caso de catástrofes, danos ou avarias massivas que inibam o normal processamento da refeição;

g. **Suplementos Noturnos** - são refeições complementares destinadas a suprir as necessidades de compensação de um maior gasto de calorias em situações específicas, como seja o Serviço Diário ou turnos noturnos, cuja composição e horário está descrita no **Anexo D** ao presente caderno de encargos. As refeições são disponibilizadas individualizadas em embalagem própria para alimentos e condições climáticas, feitas de material amigo do ambiente ou reutilizável.

2. No caso da 2ª e 3ª refeições dos dias feriados e fins de semana e das 3ª refeições dos dias úteis, admite-se a possibilidade de recurso ao fornecimento de refeições na modalidade de “5ª gama a frio”, mas que terão de ser servidas quentes.

3. Os pratos vegetarianos devem cumprir o preceituado na Lei n.º 11/2017, de 17 de abril.

4. O cocontratante pode explorar um **Fornecimento Alternativo**, composto por pratos passíveis de serem confeccionados e servidos à 2ª refeição nos dias úteis, de composição livre e diferente da das ementas aprovadas, a serem servidos mediante pagamento pelo utilizador da refeição diretamente ao cocontratante e conforme as disponibilidades deste. Quando constituindo menu, o preço não deve ser inferior ao praticado na venda de senhas de refeição dos pratos do dia e o Cocontratante não pode servir estes pratos em substituição dos constantes da ementa aprovada.



**S. R.**  
**MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL**  
**ESTADO MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS**  
**COMANDO CONJUNTO PARA AS OPERAÇÕES MILITARES**  
**UNIDADE DE APOIO AO REDUTO GOMES FREIRE**

**Clausula 28.ª**

**Requisitos na elaboração das Ementas**

1. A elaboração das ementas compete ao cocontratante e deverão ser apresentadas para aprovação da UNAPRGF, até ao dia 10 (dez) do mês anterior a que dizem respeito, em suporte eletrónico de software e formato a definir pela entidade adjudicante.
2. A entidade adjudicante, no momento da avaliação da aprovação da ementa, pode solicitar a troca da mesma nos dias úteis, mediante o calendário do mês.
3. Juntamente com a ementa deverá ser apresentada a ficha técnica e nutricional da ementa, com indicação da composição da refeição, as capitações, os géneros utilizados, o valor calórico e a descrição específica das refeições a fornecer e dos métodos de confeção.
4. Elaborar as ementas por tipo de refeição e por dieta rotativa entre 4 (quatro) a 5 (cinco) semanas, tendo em conta a sazonalidade e a disponibilidade dos géneros alimentícios de acordo com as estações do ano.
5. As 2ª e 3ª refeições deverão ser constituídas por um prato Normal, um prato de Dieta e um Vegetariano, a fim de serem apresentados aos utentes para efeitos de escolha da refeição a consumir, sendo esta integrada na requisição diária de alimentação por parte da UNAPRGF, mediante comunicação ao cocontratante com a antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas.
6. Os conjuntos das ementas das 2ª refeições e o das 3ª devem privilegiar, para o prato principal, a dieta mediterrânica, a tradição gastronómica nacional e internacional, nos seguintes rácios mensais: 45%; 45%; 10%.
7. O prato Normal e Dieta devem ser alternados, ou seja, nos dias em que o prato Normal é carne, o prato Dieta será peixe e vice-versa.
8. As ementas depois de aprovadas deverão ser afixadas no refeitório em zona visível e de fácil acesso a todos os seus utentes no idioma de português e inglês com as referidas calorias.
9. Para a elaboração das ementas deverão ser respeitados os seguintes requisitos:
  - a. Semanalmente, servir um máximo de 2 (duas) refeições, uma ao almoço e outra ao jantar, com base em sucedâneos de carne (hambúrguer, almôndegas, salsichas, croquetes, entre



S. R.

**MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL**  
**ESTADO MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS**  
**COMANDO CONJUNTO PARA AS OPERAÇÕES MILITARES**  
**UNIDADE DE APOIO AO REDUTO GOMES FREIRE**

outros) ou de peixe (rissóis, pastéis/bolos de bacalhau, etc.);

- b. Semanalmente, servir um mínimo de 6 (seis) refeições com base em carne branca (pato, frango, peru, entre outros);
- c. Semanalmente, servir à 2ª refeição um mínimo de 4 (quatro) pratos de carne, constituídos por bife, costeleta, escalope, febras, carne estufada ou assada, sendo pelo menos 2 (dois) a servir nos dias úteis com pelo menos 1 (um) na dieta e 1 (um) nos dias de atividade reduzida;
- d. Semanalmente, servir um mínimo de 8 (oito) refeições de peixe (fresco ou congelado) à posta ou lombos, das quais 6 (seis) nos dias úteis com pelo menos 3 (três) à 2ª refeição e com duas no prato de dieta e de 1 (um) nos dias de atividade reduzida. O peixe à posta pode ser substituído por unidades individuais, salvaguardada a capitação da matéria comestível;
- e. Quinzenalmente, servir à 2ª refeição nos dias úteis, prato de bacalhau, à posta, constituinte do prato principal ou da dieta.
- f. Quinzenalmente, servir à 2ª refeição nos dias úteis, bife de carne de bovino grelhado (peça da rabadilha);
- g. Mensalmente, servir à 2ª refeição nos dias úteis, frango assado inteiro;
- h. Mensalmente, servir à 2ª refeição nos dias úteis, leitão assado à “Bairrada”, alternado com prato de polvo inteiro tipo à lagareiro ou choco frito;
- i. As refeições referidas nas alíneas e., f., g e h, não podem fazer parte da ementa no mesmo dia;
- j. Semanalmente, servir nos dias úteis, prato de sopa constituído por canja;
- k. Garantir diariamente e durante todo o período de refeição dose individual de salada, na modalidade de *self-service*, incluindo, alface, tomate cortado, pepino laminado, cebola laminada, cenoura, beterraba, couve roxa e milho.
- l. Garantir o máximo de 3 (três) repetições semanais dos géneros utilizados na confeção de legumes cozidos;
- m. Garantir o máximo de 2 (duas) refeições semanais utilizando o método de fritura para o



S. R.  
**MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL**  
**ESTADO MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS**  
**COMANDO CONJUNTO PARA AS OPERAÇÕES MILITARES**  
**UNIDADE DE APOIO AO REDUTO GOMES FREIRE**

conduto, sem prejuízo deste número ser alterado de acordo com as necessidades específicas e por autorização da entidade adjudicante;

- n. A sobremesa deverá incluir diariamente fruta fresca da época, sendo que à 2.<sup>a</sup> refeição de 3.<sup>a</sup> feira, 5.<sup>a</sup> feira e domingo, deverá ser servido em alternativa um doce. O doce de 5.<sup>a</sup> feira será o pastel de nata, sendo os doces de 3.<sup>a</sup> feira e de domingo propostos pelo cocontratante na ementa mensal. Todas as 5.<sup>a</sup> feiras a sobremesa ao almoço é cumulativamente de pastelaria (pastel de nata) e fruta;
- o. Garantir o mínimo de 2 (duas) tipos diferentes de frutas fornecidas para sobremesa a uma mesma refeição.

**Cláusula 29.<sup>a</sup>**

**Requisitos de Confeção das Refeições**

- 1. O cocontratante deve cumprir os seguintes requisitos de confeção das refeições:
  - a. Garantir o cumprimento das captações e especificações constantes das tabelas do **Anexo E** ao presente caderno de encargos;
  - b. Garantir que, depois de cozinhados, os produtos de origem animal não sofram perdas, na respetiva captação, superiores a 30%;
  - c. Assegurar a substituição imediata por produtos idênticos ou sucedâneos, sem encargos adicionais para a entidade adjudicante, sempre que os géneros incorporados e ementas apresentadas sejam rejeitados, por incumprimentos de quaisquer requisitos do presente caderno de encargos;
  - d. Assegurar que, nos casos previstos no número anterior, os produtos rejeitados são considerados como não fornecidos e não poderão ser utilizados na confeção de outras refeições;
  - e. Garantir que não são utilizados restos ou sobras de quaisquer refeições na confeção de outras;
  - f. Garantir o equilíbrio e alternância possível entre os diversos métodos culinários;



S. R.

**MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL**  
**ESTADO MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS**  
**COMANDO CONJUNTO PARA AS OPERAÇÕES MILITARES**  
**UNIDADE DE APOIO AO REDUTO GOMES FREIRE**

- g. Assegurar a confecção de um prato já servido à prova, sem qualquer encargo adicional para a entidade adjudicante, sempre que por esta seja determinado;
- h. Garantir a disponibilização dos pratos confeccionados e que compõem a ementa do próprio dia, num local junto às linhas de distribuição de fácil visualização por parte dos utentes;
- i. Assegurar a recolha e conservação de amostras preventivas de géneros alimentares pós-confecção que integram as refeições servidas no próprio dia para análises futuras;
- j. Garantir a regularidade de testes aos óleos de fritura recorrendo, obrigatoriamente, a um kit de testes rápidos para controlo da qualidade, com um mínimo de 12 (doze) elementos;
- k. Não são permitidas frituras de refogados, devendo a adição dos alimentos ser efetuado em cru antes da confecção;
- l. Os legumes fornecidos congelados não deverão ser submetidos a processo de descongelação;
- m. A descongelação do pescado deverá ser efetuada na câmara destinada a esse processo;
- n. Não é permitido a utilização de quaisquer aditivos, tipo caldos e sopas concentradas, molhos, corantes, bicarbonato de sódio, à exceção dos previstos no presente caderno de encargos;
- o. A higienização das frutas, legumes e hortaliças deverá ser executada antes da sua preparação/ distribuição/corte.

**Clausula 30.ª**

**Instalações, Equipamento e Material**

- 1. A entidade adjudicante dispõe de instalações e equipamentos destinados à receção, preparação, confecção e distribuição das refeições, assim como para a cafetaria que colocará à disposição do cocontratante.
- 2. Consideram-se instalações da entidade adjudicante destinadas ao objeto do presente contrato:
  - a. A despensa;



**S. R.**  
**MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL**  
**ESTADO MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS**  
**COMANDO CONJUNTO PARA AS OPERAÇÕES MILITARES**  
**UNIDADE DE APOIO AO REDUTO GOMES FREIRE**

- b. O local de preparação de alimentos;
  - c. A cozinha;
  - d. A copa;
  - e. As salas de refeições, com as três linhas de distribuição;
  - f. A sala reservada (Camarinha);
  - g. A cafeteria da messe de Oficiais;
  - h. Os corredores e átrios de acesso às instalações acima identificadas;
  - i. Os vestiários para apoio do pessoal do Cocontratante;
  - j. As instalações sanitárias de apoio às messes.
3. Os equipamentos, utensílios, louça e material diverso, colocados à disposição do cocontratante, serão inventariados pela entidade adjudicante através da UNAPRGF e entregues ao mesmo no início do contrato.
4. O cocontratante fica responsável pela correta utilização de todo material, equipamento e instalações cedidos, correndo por sua conta as perdas e danos verificados por dolo ou negligência do seu pessoal. São da sua responsabilidade os custos inerentes à utilização negligente de todo o equipamento colocado à sua disposição, incluindo os danos a terceiros.
5. No fim do período de vigência do contrato, o cocontratante restitui à UNAPRGF em bom estado de conservação e funcionamento as instalações, equipamentos e material diverso que lhe foram colocados à disposição.
6. Na cafeteria da messe de oficiais e sala de refeições, não é permitido o uso de material descartável incluindo como forma de reposição de palamenta, exceto em situações esporádicas e devidamente fundamentadas e autorizadas pela UNAPRGF.
7. As viaturas para garantir o transporte de géneros, refeição confeccionada e palamenta, quando necessário, serão da responsabilidade do cocontratante.
8. Compete ao cocontratante a higienização e desinfecção de todas as áreas destinadas à confeção e distribuição das refeições, assim como proceder ao transporte de todo o lixo e resíduos resultante da laboração nas instalações até ao local de tratamento ou reciclagem.



**MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL**  
**ESTADO MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS**  
**COMANDO CONJUNTO PARA AS OPERAÇÕES MILITARES**  
**UNIDADE DE APOIO AO REDUTO GOMES FREIRE**

9. Os encargos com água, gás e eletricidade, manutenção e limpeza do sistema de exaustão da cozinha e as desinfestações das instalações, incluindo teto ventilado, esgotos e caixas/ grelhas coletoras e esgotos circundantes, são da responsabilidade da entidade adjudicante.
10. Sempre que o cocontratante detetar a presença de insetos ou roedores no período entre as desinfestações, é obrigado a comunicar de imediato à UNAPRGF, com vista a proceder-se a nova desinfestação.
11. O empacotamento de talheres com o guardanapo de papel é obrigatório e da responsabilidade do cocontratante.
12. Garantir as condições e o equipamento necessário ao cumprimento de todas as normas em vigor, no que respeita ao transporte e armazenagem de alimentos e refeições confeccionadas.

**Cláusula 31.ª**

**Higiene e Limpeza**

- I. O cocontratante deve cumprir os seguintes requisitos de higiene e limpeza:
  - a. Garantir uma periodicidade bimensal nas análises à palamenta, mãos e amostras preventivas, através de laboratório acreditado, devendo os resultados ser enviados à entidade adjudicante;
  - b. Efetuar, bimestralmente, as análises necessárias ao despiste de suspeitas de toxinfecção alimentar através de laboratório acreditado, indicando à entidade adjudicante, de imediato, qual o laboratório utilizado e garantindo o posterior envio dos resultados;
  - c. Elaborar mensalmente um plano de limpeza e higienização das instalações e equipamentos contendo as ações a realizar e a sua frequência e sujeitá-lo a aprovação da entidade adjudicante;
  - d. Arrumação, limpeza, desinfecção e higienização das instalações e dos equipamentos que lhe sejam cedidos no âmbito do contrato, sem encargos adicionais para a entidade adjudicante;



**S. R.**  
**MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL**  
**ESTADO MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS**  
**COMANDO CONJUNTO PARA AS OPERAÇÕES MILITARES**  
**UNIDADE DE APOIO AO REDUTO GOMES FREIRE**

- e. Assegurar o cumprimento das regras de higiene individual do pessoal afeto ao serviço no decorrer de todas as atividades, bem como a apresentação do pessoal devidamente uniformizado, de acordo com as exigências previstas na legislação aplicável;
- f. O cocontratante deverá afixar à entrada de cada uma das áreas de laboração e em local visível, o plano de higienização dos diferentes locais, com descrição das áreas e equipamentos a higienizar, referindo as metodologias e produtos a utilizados. Deverá também ser afixado, em cada área, o plano de responsabilização das tarefas de higienização e desinfecção, onde conste a data e hora de execução e a assinatura do executante.

**Cláusula 32.ª**

**Controlo**

- 1. A qualquer momento, a entidade adjudicante pode solicitar informações ou realizar auditorias ou fiscalizações com vista à monitorização da qualidade da execução do contrato e o cumprimento das obrigações legais e contratuais e, quando justificado, aplicar as devidas sanções e penalidades ou, quando aplicável, reportar as ocorrências detetadas às instâncias competentes.
- 2. A fiscalização a que se refere o número anterior poderá recorrer aos seguintes métodos:
  - a. Pesagem dos produtos e alimentos destinados à confeção de refeições, quando descongelados, limpos e prontos a cozinhar.
  - b. Verificação quantitativa e qualitativa das refeições, podendo, se for caso disso, rejeitar total ou parcialmente as mesmas;
  - c. Acesso às instalações do cocontratante, nos casos em que as refeições sejam confeccionadas naquele local e recolha de elementos de prova caso sejam verificadas desconformidades com as normas em vigor ou com o estabelecido contratualmente;
  - d. Visita técnica de controlo alimentar, a efetuar sempre que a entidade adquirente considere necessário e o cocontratante obriga-se a facultar a visita das instalações, o exame dos produtos em fase de armazenagem, preparação e confeção, bem como a documentação referente aos mesmos.
- 3. O cocontratante obriga-se a preencher e a facultar os registos de entrada e saída de géneros,



**MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL**  
**ESTADO MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS**  
**COMANDO CONJUNTO PARA AS OPERAÇÕES MILITARES**  
**UNIDADE DE APOIO AO REDUTO GOMES FREIRE**

que devem estar devidamente arquivados na cozinha, bem como o registo dos produtos inventariados.

4. A entidade adjudicante poderá, a qualquer momento e sempre que o entender, tomar amostras das refeições e mandar proceder às análises, ensaios e provas em laboratórios acreditados.
5. O cocontratante obriga-se a facultar, quando solicitado pela entidade adjudicante, o cronograma da implementação da certificação do sistema HACCP, assim como toda a documentação referente ao processo de certificação.
6. O cocontratante obriga-se a facultar mensalmente à entidade adjudicante o registo da faturação das vendas de refeições e bar respeitante a esse período e a permitir a verificação a qualquer momento pelos serviços competentes da UNAPRGF da sua regularidade.
7. Tudo o que não esteja de acordo com as vinculações contratuais ou com a boa prática corrente, pode ser rejeitado no todo ou em parte pela entidade adjudicante.

**Clausula 33.ª**

**Pessoal**

1. O presente procedimento prevê a disponibilização de pessoal que garanta a preparação dos géneros, a confeção e a distribuição, em tempo adequado, através da utilização de três linhas de distribuição e a Sala Reservada (Camarinha) para a 2ª refeição nos dias úteis, uma linha de distribuição para a 1ª e 3ª refeições, e ainda, a cafetaria da messe de oficiais à 2ª refeição nos dias úteis.
2. O cocontratante fica obrigado a ter em permanência, diariamente, 1 (um) cozinheiro de 2ª durante o período da 3ª refeição, fins de semana e feriados;
3. O cocontratante fica obrigado a apresentar a constituição da sua equipa que opera na entidade adjudicante, designadamente quanto à quantidade presente, especialistas e respetiva experiência profissional e a manter a informação atualizada;
4. O cocontratante fica obrigado a designar a equipa, com a antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, em relação ao início da confeção e distribuição das refeições, e entregar à entidade adjudicante a lista dos seus colaboradores com indicação da informação constante no n.º 1 da Cláusula 9.ª do presente caderno de encargos.



S. R.

**MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL**  
**ESTADO MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS**  
**COMANDO CONJUNTO PARA AS OPERAÇÕES MILITARES**  
**UNIDADE DE APOIO AO REDUTO GOMES FREIRE**

5. Sempre que se verifique a necessidade de se proceder à substituição de algum colaborador o cocontratante deve informar a entidade adjudicante com uma antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas. As faltas inopinadas dos colaboradores são prontamente supridas pelo cocontratante.
6. O número de trabalhadores não pode ser causa de uma prestação de menor qualidade e sem a celeridade que a mesma exige, sendo que, sempre que tal se verifique, cabe ao cocontratante o reforço de pessoal.
7. Sem prejuízo do previsto em 6. é fixado o número mínimo de dois trabalhadores em cada linha de distribuição, todos os dias, de forma a garantir, em permanência, quer a distribuição nas linhas, quer o seu reabastecimento.
8. Sem prejuízo do previsto em 6. é fixado o número mínimo de dois trabalhadores na copa do refeitório, no período das doze às catorze horas, nos dias úteis, de forma a garantir, em permanência, a recolha da palamenta usada, a sua lavagem e secagem para posterior reposição nas linhas de distribuição.
9. Sem prejuízo do previsto em 6. é fixado o número mínimo de dois trabalhadores na cozinha, no período das doze às catorze horas, nos dias úteis, de forma a garantir, em permanência, todos os procedimentos relativos à confeção da alimentação.
10. Sem prejuízo do previsto em 6. o cocontratante deve garantir o funcionamento da cafetaria da messe de oficiais, no horário estipulado no **Anexo A**, bem como da limpeza e reposição dos artigos de higiene das instalações sanitárias afetas às messes;
11. A entidade adjudicante pode solicitar a substituição de um trabalhador, sempre que considere que este não apresenta o comportamento adequado às funções, não se enquadrando no espírito e cultura da organização, devendo o cocontratante proceder à sua substituição no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.
12. O cocontratante deve acautelar, em conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, a segurança dos seus trabalhadores prestando para o efeito, a assistência médica de que careçam por motivo de acidente de trabalho.
13. O cocontratante deve garantir o total respeito pelas exigências higio sanitárias e de segurança e saúde no trabalho, a correta conduta pessoal e profissional dos seus trabalhadores e



**MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL**  
**ESTADO MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS**  
**COMANDO CONJUNTO PARA AS OPERAÇÕES MILITARES**  
**UNIDADE DE APOIO AO REDUTO GOMES FREIRE**

ainda, garantir que o fardamento é fornecido em quantidade e qualidade adequadas.

14. O cocontratante deverá assegurar na constituição da equipa de trabalho da integração de um seu representante que permita uma interligação permanente coma a entidade adjudicante.

15. O cocontratante será responsável pela elaboração de uma escala de serviço que será disponibilizada à entidade adjudicante com a antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas face à sua entrada em execução.

**Clausula 34.ª**

**Avaliação da Satisfação**

Como parte integrante da sua política de qualidade, o cocontratante obriga-se a promover mensalmente, um inquérito de satisfação através da UNAPRGF, sem prejuízo das ações que a entidade adjudicante entenda fazer neste âmbito.



S. R.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL  
ESTADO MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS  
COMANDO CONJUNTO PARA AS OPERAÇÕES MILITARES  
UNIDADE DE APOIO AO REDUTO GOMES FREIRE

ANEXO A

MESSES E BAR DO RGF  
HORÁRIO E LOCAL DE DISTRIBUIÇÃO DA ALIMENTAÇÃO CONFECCIONADA

Refeições	Dias úteis		Fins de semana e Feriados		Local de distribuição	Tipo de Serviço
	Abertura	Fecho	Abertura	Fecho		
1ª Refeição (Pequeno almoço)	07H30	08H15	08H00	08H30	Edifício TAF – Messe Sargentos / Praças	Fornecimento de alimentação confeccionada e serviço de copa.
2ª Refeição (Almoço)	11H45	14H00	12H00	14H00	Edifício TAF – Messe de Oficiais	Fornecimento de alimentação confeccionada, serviço de sala e de copa.
	11H45	14H00	Mediante requisição	Mediante requisição	Edifício TAF – Messe de Oficiais Sala reservada (Camarinha)	Serviço de mesa empratado
	11H45	14H00	12H00	14H00	Edifício TAF – Messe Sargentos / Praças	Fornecimento de alimentação confeccionada e serviço de copa.
3ª Refeição (Jantar)	18H30	19H30*	18H30	19H30*	Edifício TAF – Messe Sargentos / Praças	Fornecimento de alimentação confeccionada e serviço de copa.
Suplemento Noturno	18H30		18H30		Edifício TAF – Messe Sargentos / Praças	Ração fria

\* O horário de encerramento poderá ser prolongado devido a eventos inopinados (até 2 por mês), sem qualquer acréscimo de custos para a entidade adjudicante.



MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL  
ESTADO MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS  
COMANDO CONJUNTO PARA AS OPERAÇÕES MILITARES  
UNIDADE DE APOIO AO REDUTO COMISSÃO FRI IRL

HORÁRIO E LOCAL DE FUNCIONAMENTO DO BAR

LOCAL	Dias úteis		Fins de semana e Feriados		Local de distribuição	Tipo de Serviço
	Abertura	Fecho	Abertura	Fecho		
Bar Messe Oficiais	12H00	14H00	Encerrado	Encerrado	Edifício TAF - Messe de Oficiais	Serviço de bar



S. R.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL  
ESTADO MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS  
COMANDO CONJUNTO PARA AS OPERAÇÕES MILITARES  
UNIDADE DE APOIO AO REDUTO GOMES FREIRE

ANEXO B

COMPOSIÇÃO DA 1ª REFEIÇÃO

	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira	Sábado	Domingo
1ª REFEIÇÃO (Pequeno almoço)	2 (dois) pães de 50 grs (tipo carcaça ou saloio) ou equivalente fatiado						
	Cereais						
	Cafê e chocolate em pó						
	Leite						
	Iogurte						
	Sumo Laranja ou maça						
	Açúcar (DI)						
	Queijo Triângulo/fatiado + manteiga/doce	Chouriço + manteiga/doce	Salsicha/Fiambre + manteiga/doce	Queijo fatiado + manteiga/doce	Paio + manteiga/doce	Fiambre + manteiga/doce	Ovos mexidos + manteiga/doce



S. R  
**MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL**  
**ESTADO MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS**  
**COMANDO CONJUNTO PARA AS OPERAÇÕES MILITARES**  
**UNIDADE DE APOIO AO REDUTO GOMES FREIRE**

**ANEXO C**

**EMENTAS FESTIVAS - CONSTITUIÇÃO DA EMENTA**

<b>Sopa</b>	(1) Creme de marisco (2) Creme de legumes (3) Caldo verde
<b>Prato Principal</b>	(1) Bifinhos de vitela com arroz árabe (2) Borrego assado (3) Arroz de marisco (4) Leitão assado, arroz, batata frita e salada mista (5) Perna de borrego assada com batata assada e salada mista (6) Peru assado com arroz de chouriço, salada de alface e tomate (7) Bacalhau com Natas (8) Bacalhau assado com batata corada e grelos salteados (9) Sardinha e carapau grelhados com batata cozida, pimentos (80gr) - grelhados e salada mista com pepino
<b>Sobremesa</b>	(1) Fruta variada laminada (2) Doces (Pudim, arroz-doce, gelatinas...) (3) Fatias douradas (4) Sonhos (5) Castanhas assadas
<b>Pão</b>	2 pães de 50 grs, ou equivalente fatiado
<b>Bebidas</b>	Água, sumo, vinho e vinho espumante/vinho do Porto e café, água-pé.

**Nota: Consideram-se dias festivos (inclui Sopa, Prato Principal, Sobremesa, Pão e Bebidas):**

- Dia S. Martinho (almoço) – 13 de novembro; sobremesa (5);
- Dia da festa de Natal (almoço) – a designar;
- Véspera de Natal (jantar) – 24 de dezembro; (jantar – ementa: sopa (3); Prato principal (8), sobremesa (3,4);
- Dia de Natal (almoço) – 25 de dezembro; (almoço – ementa: sopa (2); Prato principal (6), sobremesa (3,4);
- Véspera de Ano Novo (jantar) – 31 de dezembro; (jantar – ementa: sopa (1); Prato principal (3), sobremesa (3,4);



S.

R.

**MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL**  
**ESTADO MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS**  
**COMANDO CONJUNTO PARA AS OPERAÇÕES MILITARES**  
**UNIDADE DE APOIO AO REDUTO GOMES FREIRE**

- Dia de Ano Novo (almoço) – 01 de janeiro; (almoço – ementa: sopa (2); Prato principal (4), sobremesa (3,4);
- Dia da Unidade (CCOM/UNAPRGF); a designar
- Dia de Páscoa (almoço) – 20 de abril; (almoço – ementa: sopa (1); Prato principal (2), sobremesa (1,2);
- Dia Santos Populares (almoço) – 12 de junho; (almoço – ementa: sopa (3); Prato principal (9), sobremesa (1,2);



S. R.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

ESTADO MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS

COMANDO CONJUNTO PARA AS OPERAÇÕES MILITARES

UNIDADE DE APOIO AO REFORÇO GOMES FREIRE

ANEXO D

COMPOSIÇÃO DO SUPLEMENTO NOTURNO

SUPLEMENTO NOTURNO	SN 1	SN 2	SN 3	SN 4	SN 5
	1 sandes de chourição	1 sandes de Paio	1 sandes de Presunto	1 sandes de chourição	1 sandes de fiambre
	1 sandes de queijo	1 sandes de queijo	1 sandes de queijo	1 sandes de queijo	1 sandes de queijo
	1 sumo DI	1 leite achocolatado DI	1 sumo DI	1 iogurte líquido	1 leite achocolatado DI
	1 bolo embalado	1 barra de cereais	1 bolo embalado	1 barra de cereais	1 bolo embalado
	1 bolacha DI	1 bolacha DI	1 bolacha DI	1 bolacha DI	1 bolacha DI
	Café	Chá preto	Café	Chá preto	Café
	Dias de fornecimento				
	Dias do mês terminados em 1 e 6	Dias do mês terminados em 2 e 7	Dias do mês terminados em 3 e 8	Dias do mês terminados em 4 e 9	Dias do mês terminados em 5 ou 0



S.

R.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL  
ESTADO MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS  
COMANDO CONJUNTO PARA AS OPERAÇÕES MILITARES  
UNIDADE DE APOIO AO REDUTO GOMES FREIRE

ANEXO E

CAPITAÇÕES

TABELA 1 – CARNE DE VACA (diversas utilizações)

PRODUTO	CAPITAÇÃO/PESSOA	OBSERVAÇÕES
Bife (s/osso)	220 Gramas	1 Unidade
Cozer (s/osso)	180 Gramas	
Cozer (c/osso)	220 Gramas	
Guisar (s/osso)	180 Gramas	
Guisar (c/osso)	220 Gramas	
Assar	200 Gramas	
Grelhar (Peça da Rabadilha)	220 Gramas	
Escalopes	220 Gramas	
Escalopes para panar	200 Gramas	
Estufar/Guisar (s/osso)	180 Gramas	
P/Cozido à portuguesa	100 Gramas	
P/Feijoadada	100 Gramas	
Dobrada	250 Gramas	
Jardineira	180 Gramas	
Arroz de carne (230g)	80 Gramas	
Almôndegas (industriais)	200 Gramas	3 Unidades
Hambúrguer (industriais)	150 Gramas	2 Unidades
Croquetes (industriais)	150 Gramas	5 Unidades
Empadão/lasanha	160 Gramas	
Rolo de carne	170 Gramas	
Bolonhesa	160 Gramas	
Sopas enriquecidas	50 Gramas	



S. R.  
MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL  
ESTADO MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS  
COMANDO CONJUNTO PARA AS OPERAÇÕES MILITARES  
UNIDADE DE APOIO AO REDUTO GOMES FREIRE

**TABELA 2 – CARNE DE PORCO** (diversas utilizações)

PRODUTO		CAPITAÇÃO/PESSOA	OBSERVAÇÕES
Bifana		220 Gramas	2 Unidades
Costeletas		220 Gramas	2 Unidades
Costeletas para panar		180 Gramas	2 Unidades
Estufar/Guisar (perna ou pá)		220 Gramas	
Febras		220 Gramas	2 Unidades
Leitão		450 Gramas	
Escalopes para panar		200 Gramas	
Fritar/Grelhar		220 Gramas	
P/Cozido à portuguesa		70 Gramas	
P/Feijoadá		70 Gramas	
Arroz de carne		70 Gramas	
Rolo de carne		120 Gramas	
Salsicha para arroz		60 Gramas	
Salsichas para enrolar em couve		180 Gramas	
Entremeada		320 Gramas	
Rojões		220 Gramas	
Pernil		450 Gramas	
Sopas enriquecidas		50 Gramas	
ENCHIDOS	Alheira	20 Gramas	1 Unidade
	Morcela	20 Gramas	1 Unidade
	Farinheira	20 Gramas	1 Unidade
	Chouriço de carne	20 Gramas	1 Unidade



S. R.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL  
ESTADO MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS  
COMANDO CONJUNTO PARA AS OPERAÇÕES MILITARES  
UNIDADE DE APOIO AO REDUTO GOMES FREIRE

**TABELA 3 – BORREGO/CABRITO (diversas utilizações)**

PRODUTO	CAPITAÇÃO/PESSOA	OBSERVAÇÕES
Costeletas	320 Gramas	2 Unidades
Assar	380 Gramas	
Estufar/Guisar	370 Gramas	
Cozer	360 Gramas	
Perna	320 Gramas	
Caldeira/Chanfana	320 Gramas	
Sopas enriquecidas	50 Gramas	

**TABELA 4 – COELHO (diversas utilizações)**

PRODUTO	CAPITAÇÃO/PESSOA	OBSERVAÇÕES
Estufar/Guisar	350 Gramas	
Arroz de carne	300 Gramas	

**TABELA 5 – AVES (diversas utilizações)**

	PRODUTO	CAPITAÇÃO/PESSOA	OBSERVAÇÕES
FRANGO	Bife	190 Gramas	2 Unidades
	Pernas/Coxas	320 Gramas	1 Unidade
	Assar	320 Gramas	
	Estufar/Guisar	300 Gramas	
	Fritar/Grelhar	300 Gramas	
	Arroz de carne	270 Gramas	
	P/Cozido à portuguesa	100 Gramas	
	Jardineira	320 Gramas	
	Almôndegas (industriais)	150 Gramas	
	Hambúrguer (industriais)	200 Gramas	
	Sopa (canja)	75 Gramas	



S. R.  
**MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL**  
**ESTADO MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS**  
**COMANDO CONJUNTO PARA AS OPERAÇÕES MILITARES**  
**UNIDADE DE APOIO AO REDUTO GOMES FREIRE**

	PRODUTO	CAPITAÇÃO/PESSOA	OBSERVAÇÕES
	Sopas enriquecidas	50 Gramas	
PERU	Bife	190 Gramas	2 Unidades
	Coxas	280 Gramas	
	Assar	280 Gramas	
	Estufar/Guisar	250 Gramas	
	Espetadas	220 Gramas	
	Escalopes para panar	120 Gramas	
	Almôndegas (industriais)	150 Gramas	
	Hambúrguer (industriais)	220 Gramas	
	Sopas enriquecidas	50 Gramas	
PATO	Assar	410 Gramas	
	Estufar/Guisar	390 Gramas	
	Arroz de carne	350 Gramas	

**TABELA 6 – PEIXE (diversas utilizações)**

	PRODUTO	CAPITAÇÃO/PESSOA	OBSERVAÇÕES
ATUM DE CONSERVA	C/Batata e um ovo cozido	120 Gramas	
	Salada com maionese	120 Gramas	
BACALHAU SECO	Assar	250 Gramas	
	Caldeirada	220 Gramas	
	Gomes de Sá	150 Gramas	
	Brás	140 Gramas	
	C/Natas	140 Gramas	
	Pataniscas	----	4 unidades



S. R.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL  
ESTADO MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS  
COMANDO CONJUNTO PARA AS OPERAÇÕES MILITARES  
UNIDADE DE APOIO AO REDUTO GOMES FREIRE

PRODUTO		CAPITAÇÃO/PESSOA	OBSERVAÇÕES
	Pastéis (industriais)	----	4 unidades
CARAS DE BACALHAU		370 Gramas	
CAÇÃO		240 Gramas	
CALDEIRADA		300 Gramas	
CARAPAU		300 Gramas	2 Unidades
CHERNE		280 Gramas	
CHOCO	Fritar/Grelhar	350 Gramas	
	Estufar/Guisar	320 Gramas	
CORVINA		280 Gramas	
DOURADA		320 Gramas	
FILETES/LOMBOS (Pescada)		200 Gramas	2 Unidades
GAROUPA		280 Gramas	
GORAZ		270 Gramas	
LINGUADO		260 Gramas	
LULAS	Fritar/Grelhar	400 Gramas	
	Estufar/Guisar	350 Gramas	
	Arroz	300 Gramas	
MARUCA		280 Gramas	
MEDALHÕES DE PESCADA		180 Gramas	
PARGO (legítimo)		280 Gramas	
PEIXE-ESPADA		300 Gramas	
PERCA		280 Gramas	
PESCADA		280 Gramas	
PETINGA		270 Gramas	
POLVO	Assado/ lagareiro	500 Gramas	
REDFISH		320 Gramas	
ROBALO		320 Gramas	
SALMÃO		300 Gramas	
SALMONETE		280 Gramas	



S. R.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL  
ESTADO MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS  
COMANDO CONJUNTO PARA AS OPERAÇÕES MILITARES  
UNIDADE DE APOIO AO REDUTO GOMES FREIRE

PRODUTO	CAPITAÇÃO/PESSOA	OBSERVAÇÕES
SARDINHA	300 Gramas	4 Unidades
SOLHA	260 Gramas	
TAMBORIL (Lombo)	220 Gramas	
TRUTA	300 Gramas	

TABELA 7 – OVOS (diversas utilizações)

PRODUTO	CAPITAÇÃO/PESSOA	OBSERVAÇÕES
Cozido	1 Unidade	
Gomes de Sá	1 Unidade	
Brás	1 dl	Pasteurizados
Salada Russa	1 Unidade	

TABELA 8 – GUARNIÇÕES (diversas utilizações)

	PRODUTO	CAPITAÇÃO/PESSOA	OBSERVAÇÕES
ARROZ	Doce	40 Gramas	
	Guarnição base	150 Gramas	
	Guarnição mista	50 Gramas	
	Sopa C/Hortaliça	20 Gramas	
	Sopa S/Hortaliça	35 Gramas	
MASSAS	Guarnição base	80 Gramas	
	Guarnição mista	50 Gramas	
	Sopa C/Hortaliça	20 Gramas	
	Sopa S/Hortaliça	35 Gramas	
	Canelones		4 unidades
BATATAS	Lasanha	300 Gramas	
	Assar	300 Gramas	
	Cozer	300 Gramas	
	Fritar	280 Gramas	
	Jardineira/Caldcirada	200 Gramas	
	Puré	300 Gramas	



S. R.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL  
ESTADO MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS  
COMANDO CONJUNTO PARA AS OPERAÇÕES MILITARES  
UNIDADE DE APOIO AO REDUTO GOMES FREIRE

	Salada Russa	200 Gramas	
	Sopa	120 Gramas	

**TABELA 9 – PRODUTOS HORTÍCOLAS (diversas utilizações)**

PRODUTO		CAPITAÇÃO/PESSOA	OBSERVAÇÕES
ABÓBORA	Sopa (base)	100 Gramas	
	Sopa (não base)	50 Gramas	
AGRIÃO	Salada	50 Gramas	
	Sopa (base)	80 Gramas	
ALFACE	Salada	60 Gramas	
	Sopa (base)	80 Gramas	
	Sopa (não base)	30 Gramas	
ALHO FRANCÊS	Sopa (base)	70 Gramas	
	Sopa (não base)	50 Gramas	
BRÓCOLOS	Guarnição Base	150 Gramas	
	Guarnição Mista	80 Gramas	
	Sopa (não base)	45 Gramas	
CEBOLA	Arroz	20 Gramas	
	Sopa (não base)	20 Gramas	
CENOURA	Arroz	50 Gramas	
	Guarnição Mista	100 Gramas	
	Jardineira/Estufados	50 Gramas	
	Salada	100 Gramas	
	Salada Russa	50 Gramas	
	Sopa (base)	50 Gramas	
BETERRABA		40 Gramas	
CALDO VERDE		80 Gramas	
COENTROS		q.b.	
COGUMELOS		25 Gramas	
COUVE-DE-BRUXELAS		100 Gramas	
COUVE-FLOR	Guarnição Mista	150 Gramas	



S. R.

**MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL**  
**ESTADO MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS**  
**COMANDO CONJUNTO PARA AS OPERAÇÕES MILITARES**  
**UNIDADE DE APOIO AO REDUTO GOMES FREIRE**

PRODUTO		CAPITAÇÃO/PESS OA	OBSERVAÇÕES
COUVE LOMBARDA	Sopa (não base)	70 Gramas	
	Guarnição Mista	180 Gramas	
	Sopa (não base)	80 Gramas	
	Arroz	30 Gramas	
COUVE PORTUGUESA	Guarnição Mista	180 Gramas	
	Sopa (não base)	100 Gramas	
	Arroz	30 Gramas	
COUVE ROXA		50 Gramas	
COURGETTES	Guarnição Base	65 Gramas	
	Arroz	50 Gramas	
	Salada Russa	60 Gramas	
	Sopa (base)	50 Gramas	
	Sopa (não base)	30 Gramas	
FAVAS	Guarnição Base	150 Gramas	
JULIANA (sopa)		70 Gramas	
LENTILHAS		25 Gramas	
PEPINO		40 Gramas	
ERVILHAS	Arroz	150 Gramas	
	Guarnição Base	80 Gramas	
	Salada Russa	60 Gramas	
	Sopa (base)	50 Gramas	
	Sopa (não base)	30 Gramas	
ESPINAFRES	Esparregado	220 Gramas	
	Sopa (não base)	50 Gramas	
FEIJÃO-VERDE	Guarnição Mista	100 Gramas	
	Jardineira	80 Gramas	
	Sopa (não base)	60 Gramas	
FEIJÃO SECO	Arroz	40 Gramas	
	Guarnição Base	160 Gramas	
	Sopa (base)	40 Gramas	
GRELOS	Arroz	50 Gramas	
	Guarnição Base	200 Gramas	
	Sopa (base)	80 Gramas	
GRÃO	Guarnição Base	100 Gramas	
	Guarnição Mista	50 Gramas	
	Sopa (base)	100 Gramas	
MILHO	Guarnição Mista	50 Gramas	
	Salada	40 Gramas	
	Salada Russa	45 Gramas	
NABIÇA	Guarnição Mista	150 Gramas	
	Esparregado	220 Gramas	
	Sopa (não base)	50 Gramas	



S. R.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL  
ESTADO MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS  
COMANDO CONJUNTO PARA AS OPERAÇÕES MILITARES  
UNIDADE DE APOIO AO REDUTO GOMES FREIRE

PRODUTO		CAPITAÇÃO/PESSOA	OBSERVAÇÕES
NABO	Guarnição Mista	30 Gramas	
	Sopa (não base)	70 Gramas	
RABANETE		15 Gramas	
REPOLHO	Guarnição Base	180 Gramas	
	Guarnição Mista	120 Gramas	
PIMENTO	Arroz	20 Gramas	
	Caldeirada	20 Gramas	
TOMATE	Arroz	50 Gramas	
	Estufados/Assados /	50 Gramas	
	Caldeirada		
	Salada	120 Gramas	
	Sopa (base)	100 Gramas	
	Sopa (não base)	40 Gramas	

TABELA 10 – FRUTOS (diversas utilizações)

PRODUTO		CAPITAÇÃO/PESSOA	OBSERVAÇÕES
ABACAXI		180 Gramas	
ALPERCE		180 Gramas	
AMEIXA		180 Gramas	
BANANA		120 Gramas	
CEREJA		140 Gramas	
CITRINOS	Tangerinas	180 Gramas	
	Clementinas	180 Gramas	
	Laranja	150 Gramas	
DAMASCOS		160 Gramas	
FIGO		150 Gramas	
KIWI		150 Gramas	
MAÇÃ	Crua	160 Gramas	
	Assar/Cozer	160 Gramas	
MANGA		260 Gramas	
MELANCIA		310 Gramas	
MELÃO		285 Gramas	
MORANGO		130 Gramas	
NÊSPERA		140 Gramas	
PAPAIA		260 Gramas	
PERA		160 Gramas	
PÊSSEGO		160 Gramas	
UVA DE MESA		170 Gramas	
SALADA DE FRUTA		180 Gramas	



S.

R.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL  
ESTADO MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS  
COMANDO CONJUNTO PARA AS OPERAÇÕES MILITARES  
UNIDADE DE APOIO AO REDUTO GOMES FREIRE

TABELA 11 – CARNES FRIAS

PRODUTO		CAPITAÇÃO/PESSOA	OBSERVAÇÕES
FIAMBRE		30 Gramas	1 Fatia
PAIO		40 Gramas	1 Fatia
PRESUNTO		40 Gramas	1 Fatia
MORTADELA		30 Gramas	1 Fatia
SALSICHA		1 unidade	
CROQUETE		1 unidade	
FRANGO ASSADO		60 Gramas	
CARNE ASSADA		30 Gramas	
CHOURIÇO		40 Gramas	1 Fatia

TABELA 12 – DIVERSOS

PRODUTO		CAPITAÇÃO/PESSOA	OBSERVAÇÕES
COMPOTA		20 Gramas	
MANTEIGA	C/Sal	10 Gramas	
	S/Sal	10 Gramas	
MARMELADA		20 Gramas	
MEL		20 Gramas	
QUEIJO	Magro	30 Gramas	
	Meio		
	Gordo	30 Gramas	

TABELA 13 – CONDIMENTOS/TEMPEROS

PRODUTO		CAPITAÇÃO/PESSOA
AÇAFRÃO		q.b.
ALECRIM		q.b.
AZEITE		5 a 10 ml
CANELA		q.b.
CARIL		q.b.
COENTROS		q.b.
COMINHOS		q.b.
HORTELÃ		q.b.
KETCHUP		q.b.
LIMÃO		q.b.
LOURO		q.b.
ÓLEO	Carnes Frias/Ovo estrelado	10 MI
	Peixe Frito/Carne Frita	45 MI
	Batata Frita	60 MI
OREGÃO		q.b.
MAIONESE		q.b.



S. R.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL  
ESTADO MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS  
COMANDO CONJUNTO PARA AS OPERAÇÕES MILITARES  
UNIDADE DE APOIO AO REDUTO GOMES FREIRE

PRODUTO	CAPITAÇÃO/PESSOA
MOSTARDA	q.b.
NOZ-MOSCADA	q.b.
PICKLES	q.b.
PIMENTA	q.b.
SAL	q.b.
SALSA	q.b.
VINAGRE	q.b.
VINHO	5 MI

TABELA 14 – BEBIDAS

PRODUTO		CAPITAÇÃO/PESSOA	OBSERVAÇÕES
ÁGUA		0,3 L	
LEITE	Magro	0,2 L	
	Meio	0,2 L	
	Gordo	0,2 L	
SUMO		0,2 L	
VINHO		0,1 L	Vinho Português da região alentejana – Mínimo teor alcoólico: 13%



S. R.  
**MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL**  
**ESTADO MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS**  
**COMANDO CONJUNTO PARA AS OPERAÇÕES MILITARES**  
**UNIDADE DE APOIO AO REDUTO GOMES FREIRE**

**ANEXO F**  
**EXPLORAÇÃO DA CAFETARIA DA MESSE DE OFICIAIS**

- I. Para a exploração da cafeteria devem ser considerados os seguintes requisitos:
- a. A exploração da cafeteria compreende a venda dos produtos indicados no ponto 3., e o fornecimento de “coffee break” e “Portos de honra”, conforme previsto no ponto 4., sempre que solicitado e de acordo com as estimativas apresentadas no presente Anexo;
  - b. Para a exploração do serviço de cafeteria a entidade adjudicante cede o espaço existente para o efeito na Messe de Oficiais.
  - c. O Cocontratante compromete-se a, findo o presente contrato, restituir as instalações no estado em que as recebeu.
  - d. São da responsabilidade do cocontratante a higiene, limpeza e arrumação das instalações e equipamentos postos à sua disposição.
  - e. O Cocontratante compromete-se a manter aberta e em funcionamento a Cafeteria em todos os dias úteis, das 12h00 às 14h00. Aos fins-de-semana e feriados encontrar-se-á encerrada.
  - f. O Cocontratante apenas está autorizado a vender produtos indicados no ponto 3., compreendido entre as 12h00 e as 14h00.
2. A tabela de preços dos produtos a comercializar, deverá ser afixada pelo cocontratante em local bem visível e de fácil consulta para os utentes. Os preços de venda dos produtos poderão ser atualizados com base no índice geral de inflação ou sempre que haja alterações sensíveis aos preços dos géneros, após aprovação pelo Adjudicante e mediante proposta prévia do Cocontratante, devidamente fundamentada.
3. Na Cafeteria devem ser comercializados, para além de outros, os produtos adiante indicados, com preços de carácter social, de acordo com o seguir discriminado:

Café, descafeinado e carioca de café	Entre 0,35€ e 0,45€
--------------------------------------	---------------------



S. R.

**MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL**  
**ESTADO MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS**  
**COMANDO CONJUNTO PARA AS OPERAÇÕES MILITARES**  
**UNIDADE DE APOIO AO REDUTO GOMES FREIRE**

**4. Composição dos Coffee break e Porto de Honra:**

<b>Coffee Break</b>	<b>Porto de Honra</b>
Café	Vinho do porto Tawny
Chá	Sortido de bolachas
Leite	Bolos secos em miniatura
Sumo Laranja	Frutos secos
Garrafa de Água mineral 330 ml	
Bolos secos em miniatura	



S.

R.

**MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL**  
**ESTADO MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS**  
**COMANDO CONJUNTO PARA AS OPERAÇÕES MILITARES**  
**UNIDADE DE APOIO AO REDUTO GOMES FREIRE**

**ANEXO G**

**PREÇOS MÁXIMOS NA MESSE (IVA incluído)**

<b>Refeição</b>	<b>Valor</b>
1ª Refeição (Anexo B)	1,30€ a)
2ª e 3ª Refeição	6,00€ a)
Suplemento Noturno (Anexo D)	1,92€

- a) Preço em vigor, caso a legislação que regula o valor do subsídio de alimentação para a Administração Pública sofrer alterações, o preço será ajustado.



S. R.

**MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL**  
**ESTADO MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS**  
**COMANDO CONJUNTO PARA AS OPERAÇÕES MILITARES**  
**UNIDADE DE APOIO AO REDUTO GOMES FREIRE**

**ANEXO H**

**QUADRO MÍNIMO DE PESSOAL**

<b>CATEGORIA PROFISSIONAL</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Encarregado A	1
Despenseiro A	1
Cozinheiro de 1ª	1
Cozinheiro de 2ª	2
Empregado de Refeitório	4
Empregado de Mesa	1 a)

a) Categoria em acumulação de funções das 12H00 às 14H00 de segunda a sexta feira ou quando solicitado pela entidade adjudicante.

